

PAÍS PODERIA SELECIONAR UMA DEZENA DE EMPRESAS ESTATAIS DE EXPRESSÃO E, RAPIDAMENTE, LEVÁ-LAS A LEILÃO

ELVIO ALIPRANDI

O Brasil, na condição de personagem de realce no cenário internacional, no momento atravessa uma quadra delicada. Todo o Brasil, vale frisar, está em situação que exige atenção muito especial. Em momento assim, diferenças ideológicas e divergências conceituais devem recuar para o segundo plano. O mais importante é o País. Acima de tudo, a tranquilidade da Nação.

É no dever de alertar, assim, que registramos aqui nossas preocupações a respeito das medidas que o Brasil, por intermédio dos atuais governantes, está tomando para fazer face à tormentosa crise cambial que vem dos países asiáticos com a força destruidora dos mais teríveis furacões. Dizer que são medidas tomadas tardiamente, embora verdade, é perda de tempo a essa altura. Equivaleria a reclamar da insuficiência de botes salva-vidas quando o navio está indo a pique, no meio do oceano. Mas é razoável — e sobretudo útil — afirmar que o Brasil está adotando soluções antigas e medrosas, pouco ou nada eficazes, em vez de adotar soluções novas e corajosas, de

efeito seguro, certo.

O momento da economia internacional é de turbulência no mercado financeiro asiático, com reflexos relevantes nos principais centros financeiros do Ocidente. Temos plena consciência de que o Brasil não é uma potência econômica de primeira grandeza, dotada de luz própria. Mas também não somos apenas um satélite sem importância nessa constelação. Nosso mercado, nosso PIB, o potencial de nossos recursos e os avanços industriais e comerciais que registramos há mais de um século nos colocam em posição destacada no mundo. Ou seja: temos que ver, sim, com o momento da economia internacional; somos, sim,

personagens influentes nessa trama.

As medidas contidas no pacote fiscal baixado pelo governo procuram mostrar aos investidores internacionais que estamos fazendo os ajustes necessários. Mas, internamente, sabemos que não é assim. Para reforçar o Tesouro, só o que nos ocorre é aumentar a carga tributária. Para reduzir os gastos públicos, só o que nos ocorre é repetir promessas que nunca se cumprem. Aos olhos do analista in-

ternacional, o comportamento do Brasil, na atual circunstância, pode parecer suficiente, mas para nós as medidas revelam falta de imaginação e capacidade de formular propostas inovadoras que de fato neutralizem a tormenta.

A economia, sabemos todos, é a vida real. Não existe mágica na economia. Sabemos que não basta aplicar tal ou qual truque para superar essa ou aquela crise econômica. No entanto, sabemos todos que alíquotas maiores ou novos impostos não são o melhor caminho para resolver conjunturas adversas. O que de fato funciona é o contrário disso: diminuir alíquotas e eliminar impostos propiciam, de imediato, aumento da produção e conduzem à arrecadação oficial superior, no passo seguinte.

Também é sabido por todos que a crise desperta a criatividade e traz oportunidades. Quem sabe se, em algum lugar de um pacote fiscal, o Brasil não ofereceria imagem melhor ao resto do mundo se apresentasse um pacote mais amplo de privatizações. Com coragem, com audácia, o País poderia selecionar uma dezena de empresas estatais de expressão e, numa sequência rápida — de dez semanas, digamos —, levá-las a leilão. Os maiores investidores nacionais e internacionais com toda certeza se candidatariam e o Tesouro recolheria, num prazo

curtíssimo, dezenas de bilhões de reais, sem necessidade de sofrer todo esse desgaste que o governo vem sofrendo na tramitação do pacote fiscal pelo Congresso.

É importante reconhecer, de todo modo, que nossas autoridades econômicas não ficaram de braços cruzados diante da crise. Merece respeito, igualmente, a atitude de nossos ministros, que abriram espaço amplo em suas agendas para dar entrevistas aos mais diversos veículos de comunicação de massa, no elogiável esforço de levar o máximo de informações para a Nação. Com o mesmo empenho, foram ao Congresso e explicaram, discutiram, argumentaram até mesmo durante um final de semana. Também é de se registrar que, na crise, o governo retomou com vigor as reformas estruturais, estimulando o Congresso a votá-las com mais rapidez.

O Brasil está tomando atitudes. É melhor que não tomá-las, como já aconteceu conosco em outras crises de âmbito internacional. Mas o ideal seria que nos livrássemos do velho vício de aumentar alíquotas, criar impostos e reprisar velhas promessas, toda vez que nos vemos em apuros.

■ Elvio Aliprandi é presidente da Federação das Associações Comerciais do Estado de São Paulo (Facesp) e da Associação Comercial de São Paulo (ACSP)

**Ideal seria que nos  
livrássemos do  
velho vício de  
aumentar alíquotas  
toda vez que nos  
vemos em apuros**